



Do futuro Congresso sairá um novo Brasil?

# 1. Constituinte e direitos humanos

José Álvaro Moisés

"Todos são iguais perante a lei". A frase clássica, quando repetida no dia-a-dia, suscita, inevitavelmente, a reação também clássica: "É, mas alguns são mais iguais do que os outros".

A verdade é que as condições que permitem que essa reação seja repetida à exaustão estão ligadas ao fato de que, no Brasil, a lei e o direito raramente são respeitados. Isso é parte da nossa tradição cultural e política. Tradição que, somando-se à série infundável de problemas seculares não resolvidos, acabou incorporando-se à história, como atestam frases "lapidares" como estas: "A lei, ora a lei..." (Getúlio Vargas), "Aos amigos tudo, aos inimigos a lei" (Benedito Valadares).

O direito de servir-se das garantias de uma lei idônea é fundamental para a dignidade humana. Mas o povo brasileiro poucas vezes pôde dar-se conta de que ele existe para todos. Tal é a tradição dos nossos grupos dominantes que, freqüentemente, os direitos da maior parte da população tornaram-se letra morta. No entanto, toda pessoa humana tem direitos. Direitos firmados por leis escritas e enfatizados, na maior delas, através da Constituição ou a Lei Maior.

Tanto na constituição de 1891, como nas de 1934 e de 1946, está gravado o elenco clássico dos direitos e garantias individuais: o direito à vida; o direito às liberdades de consciência, pensamento e locomoção; o direito à segurança; a liberdade de iniciativa; o direito ao trabalho e outros.

Entretanto, não apenas a maioria desses direitos são, freqüentemente, desrespeitados em nossa prática constitucional, como também a bandeira das garantias individuais é usada como escudo para restringirem-se os direitos econômicos e sociais da maioria da população. De que serve ter na Constituição a garantia do direito ao trabalho se, na prática, outros direitos fundamentais a ele ligados — o de greve e o de livre organização — permanecem à margem e à mercê dos casuísticos?

Não é preciso insistir demais sobre essas coisas. Elas são mais do que evidentes. Mas a dúvida que fica é essa: por que é tão fácil desrespeitar a letra da lei? A resposta é uma só: porque a política de elaboração das leis sempre se processou à margem ou, supostamente, acima de conflitos da sociedade.

de. Além disso, a cultura política brasileira trabalha com a noção de que política é "coisa suja", assunto só dos políticos, com o qual as pessoas "de bem" não devem se envolver. E a verdade é que, muitas vezes, a coisa pública, no Brasil, tornou-se muito mais o terreno dos negócios privados do que dos negócios públicos. Mas quando o desinteresse da maioria da população deixa sem fiscalização e sem controle a ação daqueles que deveriam ser os seus representantes e os responsáveis pelas decisões políticas, aí essa situação se consolida ainda mais.

O que pode fazer voltar o interesse público ao mundo da política? Por certo não apenas uma Constituição ideal, que, como sabemos, dificilmente resultará do Congresso Constituinte, eleito sob a égide do abuso de poder econômico, e destinado a burlar a soberania popular.

No entanto, o debate em torno da Constituinte e da futura Constituição ainda pode mobilizar amplos setores que, até há algum tempo atrás, ainda estavam à margem da política. Setores que, aos poucos, estão descobrindo que, afinal, a política não é necessariamente "coisa suja", exclusiva dos políticos profissionais, mas um ato de liberdade. É uma luta longa, difícil, mas que pode abrir espaços para uma inédita construção social e política no país, a construção da democracia.

A democracia é a única forma de relação entre governados e governantes que pode garantir os direitos humanos fundamentais, exatamente porque ela se baseia na noção de que a vida política é necessariamente uma vida de legítimos conflitos de interesses.

Assim, não será o Congresso Constituinte, nem somente a futura Constituição, mas o processo constituinte que poderá fundar e consolidar novas práticas políticas, baseadas na participação e na consciência social, e, assim, garantir efetivamente a vigência dos direitos dos cidadãos. É por isso que a participação de todos no processo Constituinte é tão importante.

José Álvaro Moisés é professor de Ciência Política na USP, pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

## 2. A questão do Negro no Brasil

Martinho da Vila

Sou de parecer que os futuros constituintes, mesmo os ateus, devem, antes de começar a escrever a nossa próxima Constituição, fazer uma reflexão sobre os Mandamentos da Lei de Deus e uma profunda meditação sobre as Declarações do Direito do Homem, além de consultarem as nossas Constituições anteriores e se informarem sobre as leis máximas que regem os destinos dos países mais desenvolvidos dos mundos capitalista e socialista.

Como é do conhecimento de toda a sociedade, a questão racial, que praticamente se resume nas questões da negritude, é um problema que existe e a Assembléia Nacional Constituinte, com honestidade, deve enfrentá-la e enfocá-la na Carta, de modo corajoso, criando mecanismos que conduzam ao estado ideal, em que o cidadão, ao lidar ou se comunicar com outro, não se dê conta da cor de sua pele.

Creio que o principal problema da questão do negro no Brasil é a pobreza e a ascensão social.

Quando se fala em melhorar as condições do negro, praticamente se está querendo diminuir a pobreza brasileira, pois é na classe menos privilegiada onde o negro se encontra.

Ele ocupa quase a totalidade da classe pobre, que é a maior numericamente no País.

Segundo pesquisas oficiais, os negros incluindo os mestiços, formam mais de 50% da população, porcentagem que vem aumentando, visto que é verdade nacional o dito popular: "Escapou de branco, preto é".

Face ao exposto, é um problema que não pode deixar de estar na primeira pauta de debates na Assembléia Nacional Constituinte, pois envolve a grande maioria da população. Merece realmente um artigo detalhado na Carta Magna, porque é uma grande questão nacional relativa à formação do povo, devendo-se levar em conta que, quando se lê uma Constituição, tem-se que ter a idéia de como é o país, como funciona.

Resumindo, para frisar bem, questão número um do negro e do Brasil — Pobreza.

O segundo problema dessa questão brasileira é o racismo, muito embora o brasileiro, de uma maneira geral, não seja racista, mas a ação se manifesta com a discriminação social.

Temos que reconhecer honestamente que há racismo no País, embora o racismo por formação, o radical, esteja praticamente extinto.

Têm surgido atitudes aparentemente racistas por parte dos negros, mas são simplesmente ações de defesa, pois o nosso grande sonho é chegar ao tempo em que não se justifique a existência de movimentos negros.

Há outro tópico que não se pode deixar de mencionar e os constituintes não devem deixar de debater, que é o problema da mulher negra, duplamente discriminada: por ser mulher, símbolo de submissão, e por ser negra, símbolo de pobreza. Apesar de ser conhecida internacionalmente como exemplo da raça brasileira, é projetada como símbolo sexual inferior, pois nunca é selecionada para os concursos de beleza, nem em mostras como "a garota do Fantástico".

Em minhas andanças pelo mundo fiz algumas palestras para organizações culturais, para estudantes e já dei muitas entrevistas coletivas para a imprensa no exterior.

Observe sempre que o Brasil é um país muito querido em todo o mundo e sempre sou inquirido sobre o nosso problema racial.

Numa dessas ocasiões, um jornalista



O protesto do negro.

ligado às artes, admirador da nossa cultura, amante da nossa música, da nossa dança e da nossa culinária, me falou durante uma coletiva que já tinha vindo ao Brasil algumas vezes, que nunca viu nenhuma manifestação de racismo e que gosta muito do País, pois andando nas ruas, freqüentando as praias, vendo os desfiles de escola de samba e assistindo a grandes espetáculos musicais, fica muito feliz com a harmoniosa convivência entre as pessoas de todas as cores de pele e faz sempre propaganda disso, mas que quando está com seus amigos vendo pela televisão uma equipe brasileira de natação, de vôlei e basquete, masculino ou feminino, ou ainda quando vai ao seu país uma delegação política ou comercial brasileira, não vê os negros. Observou até que eles estão diminuindo nas nossas últimas seleções de futebol e perguntou-me se eu poderia explicar a razão.

Atingido pela pergunta levei um tempo raciocinando, ocasião que ele tentou me ajudar dizendo que talvez os negros não gostassem de tênis, auto-

mobilismo, hipismo, e outras competições no âmbito internacional, tais como os concursos de beleza e que também não quisessem participar da vida política do País.

Eu, como bom brasileiro, falei, falei e falei, mas sentindo que não estava convencendo, para quebrar a tensão, disse que a culpa era da imprensa, dos cineastas, dos câmeras de televisão e dos fotógrafos estrangeiros que, quando filma ou fotografam o povo brasileiro nas ruas, nos estádios e nas praias, capricham no colorido, usando bastante a cor negra mas, que quando mostram a classe dominante, as reuniões governamentais e as missões econômicas, só para chatear fazem tudo em preto e branco, isto é, os termos pretos e as caras brancas, o que provocou uma gargalhada geral e eu aproveitei para dar por terminada a palestra.

Numa outra ocasião, na casa de um embaixador africano, eu conversava animadamente sobre as minhas andanças pela África, quando, no meio da conversa, perguntei a ele como se sentia no Brasil. O embaixador me disse que quando aqui chegou percebeu um astral bom; que a embaixatriz sempre com problemas de saúde nos países europeus, estava ótima; que seus filhos não estranharam a alimentação e estavam se sentindo muito bem, mas que todos já estavam torcendo para a sua transferência para os Estados Unidos, pro Caribe ou para as Antilhas por causa da convivência racial. Não entendi. Então ele me relatou que na sua primeira reunião social, à volta da mesa lembrou-se de quando servia na abominável África do Sul, visto que, sentado à mesa ele era o único negro e que servindo à mesa só tinham negros.

Disse também que, exercendo a sua função diplomática, aqui, não tem contatos com a raça e quando tem que freqüentar a sociedade brasileira com a família, são sempre os únicos negros, fenômeno que se passa também com seus filhos no colégio.

Falou que gosta muito daqui, nunca foi discriminado, nunca percebeu atitudes de racismo mas estava concluindo que aqui há uma espécie branda de apartheid que o estava incomodando muito.

Como brasileiro, senti um grande mal-estar. Não queria dar-lhe razão, mas fiquei sem palavras.

Atualmente todos os países do mundo sofrem pressões internacionais. É a guerra econômica.

A administração do país, para enfrentar as pressões internacionais, tem que ter um povo coeso e nacionalista.

O constituinte que conquistar a confiança do povo, conversar com ele abertamente, provocá-lo, ouvi-lo com atenção e observá-lo bem, vai chegar à conclusão que temos um grande número de brasileiros com pouco orgulho de sua nacionalidade.

Para se formar um povo realmente unido é necessário combater o racismo e a discriminação social.

A questão é muito grave, e só quando solucionada o país vai gozar de um conceito verdadeiro e vai ser respeitado como nação livre, externa e internamente. Af todo brasileiro de qualquer origem terá a certeza de que é realmente brasileiro. Só aí o país será verdadeiramente amado pelos seus filhos, que passarão a respeitar espontaneamente os símbolos da Pátria, como o Hino Nacional e a Bandeira, que aliás deveria sofrer substituição nas palavras nelas escritas. Ordem e Progresso, que têm um cunho autoritário, por